

# PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ANP 2022

Relatório de Acompanhamento - 1º semestre/2022



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis



# PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ANP 2022

Superintendência de Governança e Estratégia



Relatório de Acompanhamento  
1º semestre/2022



**anp**

Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis



## **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**

Julho, 2022

### **Diretor-Geral**

Rodolfo Henrique de Saboia

### **Diretores**

Symone Christine de Santana Araújo

Daniel Maia Vieira

Fernando Wandscheer de Moura Alves

Claudio Jorge Martins de Souza

### **Superintendência de Governança e Estratégia**

Sergio Alonso Trigo – Superintendente de Governança e Estratégia

Rafael de Oliveira Salgado – Superintendente Adjunto de Governança e Estratégia

### **Elaboração**

Raphael Borges Rodrigues – Coordenador de Governança na Superintendência de Governança e Estratégia

## SUMÁRIO

<b>METAS E AÇÕES</b> .....	5
<b>1. FISCALIZAÇÃO</b> .....	5
1.1. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO DOWNSTREAM .....	5
1.2. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO UPSTREAM.....	7
<b>2. MEIO AMBIENTE</b> .....	11
2.1. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE .....	11
<b>3. RENOVABIO</b> .....	15
3.1. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS .....	15
<b>4. DEFESA DA CONCORRÊNCIA</b> .....	16
4.1. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE TRANSPARÊNCIA DE PREÇOS NA REVENDA (PTPR) .....	16
4.2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS .....	18
<b>5. QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS</b> .....	19
5.1. META INSTITUCIONAL DE QUALIDADE DE SERVIÇOS.....	19
5.2. SATISFAÇÃO NOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO .....	20
<b>6. AGENDA REGULATÓRIA</b> .....	21
6.1. AGENDA REGULATÓRIA 2022-2023 .....	21

## METAS E AÇÕES

### 1. FISCALIZAÇÃO

#### 1.1. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO DOWNSTREAM

Meta	Execução integral do plano de ações de fiscalização da cadeia do Downstream na ANP
Objetivo	Realizar a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos. A atuação da Agência na fiscalização abrange as áreas de exploração, produção, refino e processamento de petróleo e gás natural, movimentação de petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, e o abastecimento de derivados de petróleo e gás e biocombustíveis.
Responsável	SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de execução do plano de ações de fiscalização da cadeia do Downstream na ANP
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de fiscalização previstas no plano.
Método	Acompanhar e registrar o número de ações de fiscalização a serem executadas pela ANP

#### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações

Escopo: Realizar parcerias e convênios e aplicar novas tecnologias na definição das estratégias de monitoramento e fiscalização do mercado

#### Orçamento

R\$13.151.425,00

#### Cronograma de desembolso

UORG	1º Semestre	2º Semestre	Total
SBQ	R\$99.000,00	R\$99.000,00	R\$198.000,00
SDL	R\$206.350,00	R\$206.350,00	R\$412.700,00
SFI	R\$5.950.000,00	R\$5.950.000,00	R\$11.900.000,00
SIM	R\$143.181,82	R\$171.818,18	R\$315.000,00
SPC	R\$162.862,50	R\$162.862,50	R\$325.725,00

**Apuração da execução:**

UORG	Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas	Realizado / Previsto (%)
SBQ	45	4	9%
SDL	68	48	71%
SFI	17.469	9.726	56%
SIM	75	11	15%
SPC	60	33	55%
TOTAL	17.717	9.822	55%

Desembolso 1º Semestre		
UORG	Previsto	Executado
SBQ	R\$99.000,00	R\$14.400,00
SDL	R\$206.350,00	R\$102.466,85
SFI	R\$5.950.000,00	R\$3.339.559,00*
SIM	R\$143.181,82	R\$29.302,85
SPC	R\$162.862,50	R\$ 139.000,00

\*Os valores financeiros executados pela SFI, de janeiro a junho/2022, a fonte da informação são os relatórios de execução financeira da SFO.

**Comentários:**

Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ): No primeiro semestre de 2022, foram realizadas duas ações de fiscalização em empresas de inspeção da qualidade, uma ação em firma inspetora no âmbito do RenovaBio, e uma ação em planta produtora de biometano.

O planejamento da execução do plano anual de fiscalização da SBQ/CPT para o ano de 2022 está concentrado no segundo semestre, em virtude da reorganização das atividades e do novo aumento de casos de contaminação por Covid-19.

Superintendência de Distribuição e Logística (SDL): A unidade atingiu 71% da meta estipulada no Plano apenas no 1º semestre do ano. A razão para não haver proporcionalidade entre as ações previstas e as executadas se dá pelo fato de que as ações de fiscalização da SDL dependem da demanda do mercado, na medida em que as empresas solicitam as autorizações para operar novas instalações ou para ampliar as instalações já existentes, de acordo com o art. 7º da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019.

Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI): A unidade cumpriu aproximadamente 56% da meta estipulada no Plano Anual de Fiscalização. O quantitativo de ações de fiscalização realizadas superou o número de ações de fiscalização da ANP no primeiro semestre de 2019 (9.263).

Superintendência de Infraestrutura e Movimentação (SIM): Em decorrência das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, as fiscalizações presenciais foram iniciadas com atraso em 2022. As ações de fiscalização, que antes estavam previstas para se iniciarem em janeiro, iniciaram-se em abril. Este cenário comprometeu o cumprimento da meta de fiscalizações no primeiro semestre, prevendo-se, no entanto, recuperação no segundo semestre deste ano e em 2023.

Superintendência de Produção de Combustíveis (SPC): Os resultados mostram que aproximadamente 55% das ações de fiscalização planejadas foram realizadas até o 1º semestre de 2022. No próximo semestre, o desafio da SPC será intensificar a atuação nas vistorias que foram dispensadas em 2020 e 2021, devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

## 1.2. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO UPSTREAM

Meta	Execução integral do plano de ações de fiscalização da cadeia do Upstream na ANP
Objetivo	Realizar a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos. A atuação da Agência na fiscalização abrange as áreas de exploração, produção, refino e processamento de petróleo e gás natural, movimentação de petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, e o abastecimento de derivados de petróleo e gás e biocombustíveis.
Responsável	SSM - Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de execução do plano de ações de fiscalização da cadeia do Upstream na ANP
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de fiscalização que estavam previstas no plano.
Método	Acompanhar e registrar o número de ações de fiscalização a serem executadas pela ANP nas instalações dos agentes regulados que realizam as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações

Escopo: Realizar parcerias e convênios e aplicar novas tecnologias na definição das estratégias de monitoramento e fiscalização do mercado

### Orçamento

R\$ 1.972.600,00

### Cronograma de desembolso

UORG	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
NFP	R\$ 40.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 370.000,00	R\$ 680.000,00
SDT	R\$ 13.200,00	R\$ 13.200,00	R\$ 13.200,00	R\$ 39.600,00
SDP	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 60.000,00
SEP	R\$ 7.800,00	R\$ 17.200,00	R\$ 17.200,00	R\$ 42.200,00
SPG	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ 64.800,00
SSM	R\$ 362.000,00	R\$ 362.000,00	R\$ 362.000,00	R\$ 1.086.000,00

*Apuração da execução:*

UORG	Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas	Realizado / Previsto (%)
NFP	50	16	32%
SDT	656	454	69%
SDP	11	2	18%
SEP	6	1	17%
SPG	12	1	8%
SSM	39	13	33%
TOTAL	774	487	63%

Desembolso 1º Semestre		
UORG	Previsto	Executado
NFP	R\$ 310.000,00	R\$ 1.222,24
SDT	R\$ 26.400,00	R\$ 5.812,62
SDP	R\$ 40.000,00	R\$ 13.593,28
SEP	R\$ 25.000,00	R\$ 13.987,60
SPG	R\$ 32.400,00	R\$ 0,00
SSM	R\$ 362.000,00	R\$ 287.027,22

*Comentários:*

Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural (NFP): das 16 ações de fiscalização de autorização de sistema de medição em unidades de produção de petróleo e gás natural, foram realizadas 5 fiscalizações in loco e 11 documentais.

Na análise dos resultados da execução do plano anual de fiscalização, observou-se um índice abaixo do esperado, para o qual contribuíram basicamente dois efeitos:

Muito embora as medidas de flexibilização decorrentes dos efeitos da pandemia tenham se encerrado no final de 2021, refletindo a expectativa de uma melhora no quadro geral e retomada da normalidade da indústria, com conseqüente acréscimo das ações em campo, isso não ocorreu na prática. A manutenção do Estado de Emergência encerrado apenas em junho deste ano, e o recrudescimento dos casos de Covid-19, resultaram na manutenção das ações a distância, com realização de ações de fiscalização in loco, em casos considerados mais relevantes; e

A indisponibilidade de servidores com perfil de fiscalização de campo, atuando na área fim, combinado ao aumento da carga de trabalho na área de validação dos volumes de produção, recálculo, notificações de falha de medição e aprovações de rotinas operacionais excepcionais relativas à medição de petróleo e gás natural que acabam competindo com a agenda de fiscalização.

Com intuito de minimizar o impacto da redução de servidores atuando na área de fiscalizações in loco, o NFP vem investindo na criação de ferramentas de cruzamento de informações com vistas a incrementar, cada vez mais, a realização de ações de fiscalização a distância.

As inspeções não presenciais documentais denominadas Sistemáticas Globais consistem basicamente na análise de informações disponíveis nos diversos sistemas da ANP, alimentados pelos concessionários, com base em



algoritmos de verificação de consistências, os quais são posteriormente confrontados com as evidências documentais de rastreabilidade fornecidas pelos concessionários. Os resultados destas ações permitem identificar diversas irregularidades, a exemplo do que ocorreria se a fiscalização fosse desenvolvida nas instalações de produção.

Na análise dos resultados, da execução da estimativa de recursos orçamentários, observou-se um desembolso de recursos financeiros abaixo do previsto. Pelo planejamento inicial, a unidade tinha a expectativa de iniciar o contrato da empresa especializada para auxílio e apoio técnico às atividades de fiscalização de sistemas de medição de petróleo e gás natural, em fevereiro do ano corrente. Porém, somente no final de junho de 2022 foi assinado o Contrato nº 1027/2022, e a intensificação das fiscalizações irão ocorrer a partir do 3º quadrimestre de 2022.

Importante destacar ainda que com a redução da quantidade de ações em campo, pelos motivos já mencionados, ocorre um reflexo natural na execução orçamentária. Ressalta-se ainda que a maior pressão sobre o orçamento tem origem nas fiscalizações onshore, que costumam demandar diárias e passagens para Estados da Região Norte e Nordeste, dada a dispersão geográfica dos campos. Entretanto, a equipe de fiscalização do NFP mais focada e experiente em fiscalizações onshore, conta com servidores na faixa etária acima dos 60 anos, o que naturalmente, por conta da Covid-19, resultou na redução das ações neste segmento e consequente minimização de gastos voltados para fiscalização.

Superintendência de Dados Técnicos (SDT): do total de 454 ações de fiscalizações realizadas no 1º semestre de 2022, 450 ações foram documentais, o que envolve a avaliação da conformidade dos dados técnicos entregues na ANP em relação aos padrões técnicos vigentes, e 4 ações de fiscalização de campo, relacionadas às inspeções dos galpões onde encontram-se armazenadas as amostras de rochas e fluidos em posse das empresas fiéis depositárias, todas realizadas no estado do Rio Grande do Norte (RN).

Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP): Foram executadas duas ações no 1º semestre, ambas in loco: uma em Rabo Branco, da operadora, Petrom Produção de Petróleo e Gás Ltda. e outra em Dó-Re-mi, da operadora, Ubuntu Engenharia e Serviços Ltda., ambas com o objetivo de avaliar o cumprimento das atividades compromissadas no âmbito dos planos e programas.

As motivações que impactaram o alcance da meta física foram as medidas de contenção da pandemia do Covid-19, em especial, no primeiro trimestre do ano e a limitação orçamentária no segundo trimestre.

Superintendência de Exploração (SEP): No primeiro semestre deste ano, a SEP realizou apenas uma ação de fiscalização, em campo. Esta ação teve como objetivo a verificação das condições atuais de obrigações remanescentes não cumpridas por Operadores na Bacia do São Francisco.

Em que pese a meta estabelecida de vistoria de áreas que tiveram atividades exploratórias em dezoito blocos, a fiscalização foi efetivamente feita em apenas treze deles. Está previsto o retorno à Bacia do São Francisco na primeira quinzena de julho, para a conclusão das atividades pendentes na primeira ação.

Superintendência de Participações Governamentais (SPG): foi executada uma ação in loco na instalação Polo GasLub, localidade em Itaboraí-RJ no 1º semestre de 2022.

Os fatores que impactaram o alcance da meta física, por ordem de importância foram a insuficiência de servidores com competência para realizar as atividades de fiscalização (técnicos e especialistas em regulação); limite orçamentário disponibilizado abaixo do que foi previsto; e medidas de contenção da pandemia do Covid-19.

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM): Durante o 1º semestre do ano, ocorreram 11 fiscalizações de instalações em ambiente marítimo e 2 fiscalizações em ambiente terrestre, totalizando 13 ações de fiscalização.

Cabe ressaltar que, oito ações de fiscalização da SSM ocorreram de forma remota por meio de análise documental e interação virtual via Microsoft Teams, enquanto cinco ações de fiscalização ocorreram de forma presencial em instalações marítimas e terrestre.

As ações de fiscalização remotas realizadas pela SSM ocorrem, em média, em 5 dias, envolvendo interações entre ANP e agente regulado via chat e videoconferências para consecução dos objetivos supracitados de verificação do cumprimento dos regulamentos de segurança operacional. Os meios de interação para fiscalização utilizados incluem, mas não se limitam a: entrevistas com pessoal de bordo e de base, notificação de documentações comprobatórias, troca de vídeos e fotos que evidenciam, por exemplo, testes de equipamentos, além de reuniões. A equipe Teams criada para cada ação de fiscalização evidencia toda troca de mensagens, arquivos e estatísticas de interação. No entanto, vale destacar, que todos os arquivos comprobatórios solicitados são, posteriormente, protocolados nos devidos processos SEI para emissão do relatório conclusivo de cada ação.

Para realização das atividades de fiscalização da SSM, são previstos gastos com o contrato de apoio à fiscalização e com a aquisição de passagens e diárias para os servidores realizarem fiscalizações in loco. Assim, foram gastos R\$ 287.027,22 no 1º semestre, previstos no orçamento da SSM.

As restrições ainda impostas no início do ano, em função da pandemia de Covid-19, associadas à posterior fase de transição das atividades remotas para presenciais, a bordo das instalações, combinadas com a ausência de política de remuneração e gestão das carreiras dos fiscais, são os principais entraves às ações de fiscalização de segurança de E&P, e que levaram à redução dos quantitativos de atividades no primeiro semestre de 2022. Contudo, há de ressaltar que a SSM adotou estratégia de aprofundamento dos seus processos fiscalizatórios, executando atividades mais detalhadas, com mais servidores e mais tempo de fiscalização, como por exemplo, no Polo Carmópolis, que envolveu 7 (sete) servidores, na análise de 11 (onze) campos petrolíferos, durante duas semanas. Dessa forma, apesar da redução das ações, houve aumento dos ativos fiscalizados.

## 2. MEIO AMBIENTE

### 2.1. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Meta	Realizar todas as ações propostas para o fortalecimento da relação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), visando de forma sustentável, a exploração e a produção de petróleo e gás natural em benefício da sociedade brasileira.
Objetivo	Tratamento de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações; Contribuir com as ações no contexto do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE); e promover a divulgação dos inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa decorrentes dos contratos de partilha da produção.
Responsável	SSM – Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de execução do plano de ações de fortalecimento das Relações com os Órgãos de Defesa do Meio Ambiente
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de que estavam previstas no plano.
Método	Para todas as ações propostas, registrar a sua execução e realizar o acompanhamento periódico. Em caso de atingimento parcial do objetivo, o percentual de ações realizadas em relação ao total previsto representará o resultado da medição.

#### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

#### Orçamento

R\$ 1.400.000,00

#### Cronograma de desembolso

UORG	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
SSM	R\$ 200.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 1.400.000,00

#### Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Meio Ambiente	Situação Atual
Participar do Comitê Técnico de Acompanhamento da elaboração de novas Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares, conforme demanda do MME	Os dois estudos foram concluídos, e neste momento cabe ao MME e MMA darem continuidade as ações previstas à AAAS, constituindo comitê interministerial para aprovar ou discutir os estudos.

<p>Celebração de novo Acordo de Cooperação Técnica ANP-Ibama</p>	<p>A ANP aguarda retorno do IBAMA quanto à Minuta do ACT.</p>
<p>Promover agenda com o Ibama, envolvendo a indústria, quando necessário, para tratar de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações</p>	<p>Foi realizada reunião com IBAMA em 22/02/22 tendo como pauta o fechamento da Matriz de Competência ANP x IBAMA e outros assuntos de caracteres gerenciais.</p> <p>Sempre que necessário, existe contato entre a ANP e o Ibama para tratar de questões pontuais de situações observadas no licenciamento ambiental, em processos de emissões de licenças ou de transferência de titularidade no caso de cessões de direitos.</p> <p>O Workshop Environment, Spill Response, And Safe Operations, em 13 e 14 de junho de 2022, no auditório da FIRJAN no RJ, com a participação do IBAMA, da indústria e da Marinha do Brasil foi um evento de porte relevante para o estreitamento de contatos e alinhamento de abordagens entre os envolvidos.</p>
<p>Promover agenda com os OEMAs cujos estados possuem atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, para tratar de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações</p>	<p>Realizada reunião com o OEMA-BA, dias 9 e 11/05/22 e encaminhamento de ofício para esse órgão, ressaltando a necessidade de construção de um termo de cooperação técnica para sondagem dos passivos e tratamento dos casos prioritários, fato destacado na conclusão do relatório.</p> <p>Encontra-se em discussão uma minuta de proposta de Acordo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho a ser apresentados ao INEMA BA.</p>
<p>Contribuir com as ações planejadas e realizadas do grupo de trabalho do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) que trata da melhoria do licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres</p>	<p>Não foram programadas atividades do REATE durante o ano de 2022 com envolvimento da ANP.</p>

<p>Publicar Matriz de Competências referente à análise dos processos de descomissionamento de instalações de Produção Marítima entre a ANP, Ibama e Marinha do Brasil</p>	<p>Em atendimento ao Acórdão 1.740/2021-TCU-Plenário, objeto do Processo Administrativo de (Processo TCU n.º 039.462/2019-6), após as contribuições e anuências dos órgãos envolvidos, a Matriz de Competências para análise e aprovação dos processos de descomissionamento de instalações de produção marítimas, conforme a Resolução ANP n.º 817/2020, foi publicada no site da ANP, no seguinte endereço: <a href="https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/arq/di/matriz_final_para_publicacao.pdf">https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/seguranca-operacional-e-meio-ambiente/arq/di/matriz_final_para_publicacao.pdf</a>.</p>
<p>Promover a divulgação dos inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa decorrentes dos contratos de partilha da produção e propor que a obrigação dessa comunicação se estenda a todos os operadores de contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural</p>	<p>Em 31/05/2022 a ANP emitiu o ofício que solicita dados de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para operadores de campos marítimos e terrestres. Os operadores offshore foram notificados a apresentar, até o dia 31 de agosto de 2022, dados de emissões de GEE por Unidade Estacionária de Produção dos campos marítimos em fase de produção, para o ano de referência de 2021. É importante ressaltar que para o ano de 2022, os operadores de campos terrestres poderão fazer este informe de dados de forma voluntária.</p> <p>Adicionalmente, a ANP notificou os operadores que a partir de 2023, os dados de emissões de GEE deverão ser enviados anualmente até 28 de fevereiro. A partir deste mesmo ano, os operadores de campos terrestres passarão a ter a obrigatoriedade de informar os seus dados, o que ocorrerá por campo de produção. Os operadores de campos marítimos continuarão a informar seus dados por Unidade Estacionária de Produção.</p> <p>A SSM está trabalhando na construção de um painel dinâmico sobre o tema e acompanhado a iniciativa do IBP para elaboração do inventário de emissões de GEE do setor de óleo e gás.</p>
<p>Contribuir com o Grupo de Trabalho "Incentivos a campos e acumulações de economicidade e produção marginais" no que tange aos aspectos de sustentabilidade</p>	<p>Houve participação nessas discussões, que culminaram com a minuta de resolução CNPE que trata desses incentivos e, no momento do fechamento deste relatório, estava por ser publicada. À ANP caberá ainda participar da proposição junto à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de relatório com propostas para regulamentar instrumentos de compensação de emissões de gases que provocam efeito estufa nas atividades de E&amp;P.</p>

<p>Contribuir com o programa PROMAR sobretudo sobre os aspectos de sustentabilidade</p>	<p>A discussão foi integrada com o item anterior, o que levou à edição da referida Resolução CNPE sobre campos com acumulações de economicidade marginal, que se encontra será publicada em breve.</p>
<p>Compor Grupo de Trabalho Criado pela Resolução CNPE nº 19, 05/10/2021, que trata de Planejamento de Oferta de Áreas e os processos de Licenciamento Ambiental.</p>	<p>As indicações para compor os GT do Planejamento de Oferta de Áreas foram efetuadas por meio de ofício com indicação de servidor pela SSM. A primeira reunião ocorrerá na segunda semana de julho/2022.</p>
<p>Compor Grupo de Trabalho Criado pela Resolução CNPE nº 20, 05/10/2021, que trata do Licenciamento Ambiental para a atividade de exploração e produção de petróleo e gás.</p>	<p>As indicações para compor os GT do Planejamento de Oferta de Áreas foi efetuada por meio de ofício com indicação de servidor pela SSM.</p>

*Comentários:*

Com relação ao desembolso relacionado às metas de Meio Ambiente da ANP, não houve despesa no período. O valor previsto é relacionado principalmente ao processo de Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS), que ainda não ocorreu, pois depende de continuidade e delegação pelo MME e MMA.

### 3. RENOVABIO

#### 3.1. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Meta	Aprovar 150 novos processos de certificação de biocombustíveis, de acordo com o seu recebimento pelo Sistema SEI.
Objetivo	Garantir que os processos de certificação dos produtores ou importadores de biocombustíveis, sejam realizados de acordo com o estabelecido na Resolução ANP nº 758, de 2018, e Informes Técnicos conexos, pelas firmas inspetoras.
Responsável	SBQ - Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de aprovação de Processos de Certificações de Biocombustíveis
Descrição	Mede a relação entre o número de aprovações de processos de certificações de biocombustíveis concedidas, sobre o total de aprovações requeridas no ano.
Método	Auditar se o processo de certificação dos produtores ou importadores de biocombustíveis foi realizado de acordo com o estabelecido na Resolução ANP nº 758, de 2018, e Informes Técnicos conexos, pelas firmas inspetoras.

#### Objetivo Estratégico de alinhamento

Estimular atividades reguladas mais seguras e sustentáveis, e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa  
 Escopo: Implementar ações regulatórias que visem à segurança e o desenvolvimento sustentável dos mercados regulados

#### Orçamento

Todas as ações de fiscalização no âmbito da SBQ e do CPT foram consideradas no orçamento apresentado na ação de "Fiscalização da cadeia do Downstream", conforme previsto no Plano de Ação de Fiscalização da SBQ para 2022.

#### Apuração da execução:

Total de aprovações requeridas	Total de processos aprovados	Realização do plano (%)
150	54	36%

#### Comentários:

Importante destacar que, dos 54 processos de certificação aprovados pela ANP, 13 processos são de novas usinas certificadas no Programa para emitir Créditos de Descarbonização (CBIOS) e 41 processos de certificação são de renovações de certificados, pois alguns Certificados da Produção Eficiente de Biocombustíveis perderão sua validade até o final do ano de 2022, ou no primeiro trimestre de 2023, e precisarão ser renovados para que o produtor de biocombustíveis continue a emitir CBIOS.

É importante ressaltar que o processo de certificação dos biocombustíveis tem sido realizado integralmente on line, o que representa uma economia relevante do ponto de vista orçamentário-financeiro.

## 4. DEFESA DA CONCORRÊNCIA

### 4.1. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE TRANSPARÊNCIA DE PREÇOS NA REVENDA (PTPR)

Meta	Realizar as quatro entregas previstas para implantação do PTPR
Objetivo	Expandir a capacidade de monitoramento e fiscalização da ANP sobre o segmento de revenda de combustíveis.
Responsável	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de Realização do PTPR
Descrição	Mede a relação entre o número de entregas realizadas sobre o total de entregas previstas
Método	A meta final será atingida com a entrega de quatro produtos: (i) a publicação de resolução autorizando o acesso da ANP aos documentos fiscais dos agentes regulados; (ii) a celebração de instrumento de cooperação com o Confaz; (iii) a implantação das soluções tecnológicas para autorização dos agentes regulados e comunicação com a SVRS; e (iv) a publicação de solução de BI disponibilizando as informações coletadas aos tomadores de decisões.

#### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

#### Orçamento

R\$2.000.000,00

#### Cronograma de desembolso

UORG	1º Semestre	2º Semestre	Total
SDC	R\$0,00	R\$2.000.000,00	R\$2.000.000,00

#### Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Publicação de resolução autorizando o acesso da ANP aos documentos fiscais dos agentes regulados	A resolução a ser publicada já possui minuta concluída; está pendente o encaminhamento à Consulta Pública. A Consulta Pública será realizada tão logo se formalize o Acordo de Cooperação Técnica entre ANP e Confaz.



<p>Celebração de instrumento de cooperação com o Confaz</p>	<p>A celebração de instrumento de cooperação com o Confaz encontra-se em fase de negociação. Na mais recente reunião, representantes do Encat e do GT-05 do Confaz manifestaram interesse em negociar Acordo de Cooperação Técnica para o envio de documentos fiscais à ANP sem a necessidade de uma contrapartida pecuniária por parte da Agência. A próxima etapa é submeter o ACT e Plano de Trabalho à apreciação da SDL e do Encat/Confaz.</p>
<p>Implantação das soluções tecnológicas para autorização dos agentes regulados e comunicação com a SVRS</p>	<p>As soluções tecnológicas necessárias à implantação do Projeto foram avaliadas e consideradas viáveis no que tange à capacidade de armazenamento dos dados pela ANP. As demandas tecnológicas do Projeto estão inscritas na Frente Operacional do Projeto.</p>
<p>Publicação de solução de BI disponibilizando as informações coletadas aos tomadores de decisões</p>	<p>A solução de BI e as demais soluções tecnológicas somente começarão a ser desenvolvidas quando concluída a Frente de Cooperação com o Confaz.</p>

*Comentários:*

Não havia previsão de desembolso para o 1º semestre de 2022.

## 4.2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

Meta	Elaboração de 82 documentos técnicos
Objetivo	Elaborar e publicar 82 documentos técnicos sobre matérias afeitas às atribuições regimentais da SDC, como regulação econômica, direito concorrencial e dados dos mercados regulados, dando transparência aos números da indústria e compartilhando conhecimento técnico produzido pela SDC.
Responsável	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de Publicação de Documentos Técnicos
Descrição	Mede a relação entre o número de publicações feitas sobre o total de publicações que estavam previstas pela SDC.
Método	Elaboração e publicação de estudos e documentos técnicos.

### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

### Orçamento

R\$80.000,00

### Cronograma de desembolso

UORG	1º Semestre	2º Semestre	Total
SDC	R\$0,00	R\$80.000,00	R\$80.000,00

### Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Elaborar e publicar 82 documentos técnicos sobre matérias afeitas às atribuições regimentais da SDC, como regulação econômica, direito concorrencial e dados dos mercados regulados, dando transparência aos números da indústria e compartilhando conhecimento técnico produzido pela SDC.	<p>Até o encerramento do primeiro quadrimestre, foram publicados 40 dos 82 documentos previstos para o exercício 2021. A saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 26 Sínteses Semanais de Comportamento dos Preços dos Combustíveis;</li> <li>- 6 Sínteses Mensais de Volume;</li> <li>- 6 Relatórios Executivos;</li> <li>- 1 Boletim Trimestral de Preços e Volumes de Combustíveis; e</li> <li>- 1 Anuário Estatístico</li> </ul>

### Comentários:

Não havia previsão de desembolso para o 1º semestre de 2022.

## 5. QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS

### 5.1. META INSTITUCIONAL DE QUALIDADE DE SERVIÇOS

Meta	Incremento de 5% ao ano sobre o resultado obtido em 2021
Objetivo	Realizar a avaliação da qualidade do serviço público prestado pela ANP, de forma a promover melhorias contínuas em seus processos organizacionais.
Responsável	SGE - Superintendência de Governança e Estratégia
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de Qualidade de Serviços da ANP
Descrição	Mede a satisfação do usuário ao final da execução de um serviço prestado pela ANP.
Método	Apura o resultado acumulado das notas atribuídas aos serviços prestados pela ANP.

#### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

#### Orçamento

R\$0,00

#### *Comentários:*

Ao longo de 2021 e nos primeiros quatro meses de 2022, a ANP coletou informações sobre a avaliação da qualidade dos serviços de autorização de posto revendedor e de autorização de revenda de GLP, por meio de protótipo construído de maneira simples, com ferramentas do Office 365, para a realização de pesquisa de satisfação com os usuários desses serviços.

No entanto, identificou-se que a expansão desse modelo para outros serviços é inviável tecnicamente, pois mais de 90% dos serviços digitais da ANP são apoiados pelo SEI, sistema cujo código-fonte a ANP não tem ingerência para realizar as integrações necessárias com as interfaces da plataforma do governo. Tendo em vista que a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME) observou o problema no webinar de apresentação da Portaria SGD/ME nº 548, de 24 e janeiro de 2022, realizado em 27/01/2022, não havendo solução para o SEI e não havendo meio para recepção pela SGD/ME dos dados até então coletados pela ANP, optou-se pela interrupção das pesquisas por meio do protótipo.

## 5.2. SATISFAÇÃO NOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Meta	85% de satisfação do solicitante com as respostas aos pedidos de acesso à informação direcionados para a Ouvidoria da ANP.
Objetivo	Entregar à sociedade e ao mercado regulado respostas aos pedidos de informação de acordo com os critérios definidos na Lei de Acesso à Informação, promovendo processo de melhoria contínua na qualidade das respostas fornecidas.
Responsável	Ouvidoria da ANP
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de Satisfação nos Pedidos de Acesso à Informação
Descrição	Mede o percentual de satisfação dos solicitantes de acesso à informação com as respostas concedidas pela ANP pela quantidade de retorno dessas solicitações em forma de recursos interpostos em primeira e segunda instâncias
Método	Em um universo que abrange todas as solicitações de acesso à informação respondidas pela ANP para o ano em curso, apurar o percentual de recursos interpostos pelos solicitantes em primeira e segunda instâncias.

### Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

### Orçamento

R\$0,00

### Apuração da execução:

Índice para atingimento da meta de qualidade de serviços	Meta para 2022	Percentual apurado para o 1º semestre de 2022
Percentual de satisfação dos solicitantes de acesso à informação com as respostas concedidas pela ANP	85%	91%

### Comentários:

Foram direcionados 418 pedidos de acesso à informação para a Ouvidoria da ANP de janeiro a junho de 2022, sendo recebidos em seguida 29 recursos em primeira instância e 4 em segunda instância em face dessas respostas, configurando um resultado\* superior à meta para 2022.

Cabe informar que ainda restam 2,87% dos pedidos deste período em tramitação, ainda não finalizados. Alguns ainda estão com prazo aberto para recurso.

## 6. AGENDA REGULATÓRIA

### 6.1. AGENDA REGULATÓRIA 2022-2023

Meta	Alcançar 75% do índice de previsibilidade regulatória
Objetivo	Estimular a previsibilidade da atuação regulatória da ANP, baseada numa agenda franqueada à sociedade, fomentado o debate prévio e mitigando o risco de instabilidade regulatória
Responsável	SGE – Superintendência de Governança e Estratégia
Apuração	Semestral
Indicador	Índice de previsibilidade regulatória
Descrição	Mede a relação entre o número de resoluções publicadas que estavam previstos na Agenda Regulatória, sobre o total de resoluções publicadas pela ANP
Método	A SGE faz o levantamento das resoluções ANP publicadas no período de referência e verifica se estão relacionadas às ações regulatórias previstas na Agenda Regulatória ANP 2022-2023

#### Objetivo Estratégico de alinhamento

Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios por meio de uma regulação menos onerosa, eliminando barreiras de entrada em todos os setores regulados  
 Escopo: Promover ações de simplificação com foco na redução dos custos regulatórios e na produção de regulação baseada na avaliação dos impactos

#### Orçamento

R\$0,00

#### Apuração da execução:

Índice para atingimento da meta qualitativa da Agenda Regulatória	Meta para 2022	Percentual apurado para o 1º semestre de 2022
Cálculo do índice de previsibilidade regulatória	50%	27%

#### Comentários:

Para o período de janeiro a junho de 2022, o índice de previsibilidade regulatória resultou em 27%, uma vez que do total de 15 resoluções publicadas no período, 4 estavam previstas na Agenda Regulatória 2022-2023.

O resultado está abaixo da meta de 50% para o ano de 2022, porém deve ser considerado que é um resultado parcial, correspondente ao primeiro semestre. Além disso, dentre as demais onze resoluções publicadas, destaca-se que uma se relaciona a adequações à situação emergencial decorrente da pandemia de Covid-19, duas correspondem a ações remanescentes da Agenda Regulatória 2020-2021 e seis foram editadas a fim de racionalizar o arcabouço regulatório da ANP em atendimento ao Decreto nº 10.139/2019.

A evolução da Agenda Regulatória da ANP pode ser consultada em <https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/agenda-regulatoria>.

